

Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias

Carla Curty¹

Maria Malta²

Resumo: Existem diversos métodos para abordar a história do pensamento econômico (HPE). Um caminho é a partir da noção de controvérsia. Tomando como referência o movimento histórico, percebe-se que análises diferentes podem ser formuladas sobre o mesmo objeto, estas diferentes análises podem ser organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos, suscitando assim controvérsias em torno do objeto em análise. Estas controvérsias permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. A HPE pode ser contada como a história das controvérsias, destacando as disputas e rupturas teóricas em sua trajetória. Tomando como referencial a obra de Marx, em especial, *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980); as contribuições de Rubin ([1929] 2013); e Dobb ([1973] 1977), para a abordagem da HPE; e as formulação de Malta *et al.* (2011) para a história do pensamento econômico brasileiro, este artigo tem como objetivo resgatar esta abordagem para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), evidenciando a trajetória da HPE como uma história das controvérsias.

Palavras-chave: história do pensamento econômico brasileiro; método; controvérsias; materialismo histórico.

Abstract: There are several methods to approach the history of economic thought (HET). One way is using the notion of controversy. Taking as reference the historical movement, it is possible to perceive that different analysis can be formulated on the same object, these different analysis can be organized from specific ideological, political, theoretical and social elements, thus provoking controversies around the object. These controversies allow us to capture the historicity and procedurality of a particular thought. Therefore, HET can be told as the history of controversies highlighting in its path the theoretical ruptures and disputes. Taking as an analytical reference the work of Marx, especially *Theories of surplus value* ([1905] 1980); the contributions of Rubin ([1929] 2013) and Dobb ([1973] 1977) for the approach to HET; and the formulation of Malta *et al.* (2011) for Brazilian history economic thought, this article aims to rescue this approach to Brazilian history of economic thought, highlighting the trajectory of HET as a history of controversies.

Key Words: Brazilian history of economic thought; method; controversies; historic materialism.

Submetido às sessões ordinárias – Área 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico

¹ Professora Assistente do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ), pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRRJ-UFRRJ) e membro do GT-HPEB da SEP. E-mail: carla_curty@yahoo.com.br

² Coordenadora do LEMA (IE/UFRRJ-UFRRJ), Professora Associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), coordenadora do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro (GT-HPEB) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política) e Pró-Reitora de Extensão da UFRJ. E-mail: mariamalta@yahoo.com.br.

Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias

1. Introdução

A história do pensamento econômico (HPE) é uma história de controvérsias. Praticamente nenhum autor do campo da HPE discordaria desta afirmação, no entanto, metodologicamente, existem diversas maneiras de abordá-la. É possível construir a história do pensamento econômico a partir de uma visão evolutiva, tomando o movimento da história do pensamento como um movimento linear, no qual as controvérsias são resolvidas por absorção hegemônica das ideias vencedoras, garantindo que não há rupturas em seu desenvolvimento. A teoria considerada como a fronteira do conhecimento representa nesta visão evolutiva o que há de mais avançado naquele campo (cf. ARIDA, 2003). O que se busca discutir neste artigo é um método de análise e apresentação da HPE como uma história de controvérsias e sua sistematização para abordar a história do pensamento econômico brasileiro.

Tomando como referencial analítico a obra de Karl Marx, em especial, *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980) e as contribuições de Isaak Rubin ([1929] 2014) e Maurice Dobb ([1973] 1977) para a abordagem da história do pensamento econômico, metodologicamente, pode-se analisar a história do pensamento econômico por meio da valorização da influência que movimento histórico real e concreto estabelece sobre as ideias, evidenciando os debates que levam aos movimentos de ruptura teórica e a processualidade da transformação do pensamento, que pode manter vivas abordagens divergentes para as questões econômicas, sem gerar uma síntese única, ainda que gerando interpretações hegemônicas, estabelecendo a noção de *controvérsia*.

As controvérsias são conformadas por análises diferentes que podem ser formuladas sobre o mesmo objeto evidenciado pelo movimento histórico e podem ser organizadas a partir de elementos ideológicos, políticos, teóricos e sociais específicos. Estas controvérsias permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento, tornando possível a história do pensamento econômico ser contada como a *história das controvérsias* organizadas a partir das diferentes contribuições científicas e marcadas pela história e pela política.

Nesta concepção, teoria e história não podem ser dissociadas, o processo de construção do conhecimento é marcado pelos elementos históricos e a análise da história do pensamento econômico envolve a percepção de que o que há de produção teórica em momentos históricos anteriores pode trazer elementos que venham a contribuir com a formulação teórica contemporânea, portanto, trabalhar em HPE significa não só fazer referência ao conhecimento formulado no

passado, mas também refletir sobre a atualidade dos elementos teóricos desenvolvidos ao longo da história.

Neste trabalho, busca-se apresentar a chave de leitura das controvérsias para abordar a história do pensamento econômico brasileiro. Para isto, este artigo encontra-se dividido, além desta introdução e das considerações finais, em três seções: *A controvérsia como chave de leitura da história do pensamento* – esta subdividida em duas subseções: *O materialismo histórico e a dialética* e *A percepção da história do pensamento como objeto do método da controvérsia* –; *A história do pensamento econômico brasileiro em controvérsia*; e *Incorporando a contribuição dos intérpretes do Brasil para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB)*.

2. A controvérsia como chave de leitura da história do pensamento

2.1 O materialismo histórico e a dialética

A utilização da noção da controvérsia como chave de leitura e de sistematização da história do pensamento resulta de um método de analisar a história do pensamento econômico de forma crítica e historicizada e, por isso, referenciada na teoria marxista, baseada na percepção materialista e histórica do pensamento e organizada a partir de uma perspectiva dialética.

Parte-se da noção de que o pensamento é um movimento processual, e que as diferentes experiências históricas, os desenvolvimentos e formações teóricas, os posicionamentos políticos, sociais e ideológicos do sujeito que formula o pensamento estabelecem forte influência sobre sua obra – ainda que este não seja necessariamente um movimento consciente por parte deste sujeito. Neste sentido, o sujeito formula o pensamento influenciado pelo desenvolvimento teórico elaborado até então – isto é, pela trajetória da história do pensamento que o formou e permeia o ambiente no qual circula – e pelo grau de desenvolvimento do campo do conhecimento no qual pretende se inserir e, neste contexto, se posiciona em termos teóricos. Sua escolha teórica, por sua vez, é altamente influenciada por sua concepção de mundo e está condicionada a determinados contextos históricos concretos. O movimento histórico (pensamento e realidade material) permite interpretações e posicionamentos diversos sobre si mesmo, o que leva à existência de diferentes formulações, muitas vezes altamente conflituosas entre si. Deste conflito surgem controvérsias e debates confrontando distintas análises de uma mesma situação.

No famoso *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* ([1859]2007), Marx afirma haver chegado à conclusão de “que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.” (p. 45). Para Marx, o que podemos chamar de elementos da superestrutura – as relações jurídicas, as relações políticas e as formas da consciência social – encontram suas raízes

nos elementos e “condições materiais da existência humana” – isto é, na estrutura econômica da sociedade. Marx caracteriza a estrutura econômica da seguinte maneira:

“na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX, [1859] 2007, p. 45)

É importante analisar esta relação estrutura-superestrutura com cuidado. Aqui Marx constrói a relação de maneira dialética. O modo da produção material da vida se apresenta com o problema (objeto) a ser compreendido. A partir de sua análise encontram-se as dimensões das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas compondo a dimensão estrutural do modo de produção. Ao mesmo tempo, esta mesma análise revela que esta determinada forma de produção material da vida se abre em suas dimensões políticas, jurídicas e ideológicas, formando seus aspectos superestruturais.

Deste modo, os elementos da estrutura e da superestrutura são momentos da análise da forma concreta da produção material da vida que se unem em uma síntese dialética para a formação da categoria modo de produção como o concreto pensado, síntese destas múltiplas determinações. Este processo – análise-síntese – no entanto se realiza de forma contínua, a cada momento em que se deseja compreender novos aspectos da forma com que produz a vida material na história.

Györg Lukács, ao tratar a questão da democracia a partir de uma perspectiva inserida no marxismo (LUKÁCS, [1968] 2008) reforça esta percepção histórica, materialista e totalizante da análise dos fenômenos concretos, inclusive nas chamadas formas superestruturais, tal como a política ou a ideologia, em seus termos, um ser-precisamente-assim histórico.

Para Marx, “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” ([1859]2007, p. 45). Nestas curtas frases, Marx apresenta elementos fundamentais de sua perspectiva materialista. Afirma que os elementos materiais condicionam a existência humana em seus múltiplos aspectos e que a compreensão da realidade é condicionada pelos elementos concretos desta realidade, e não fruto somente da abstração humana. Logo, a formulação de pensamento realizada pelos seres humanos, inclusive a produção científica, tem em sua essência a historicidade, não pode ser compreendida sem estar associada à materialidade.

Em *A ideologia alemã* ([1846] 2007) Marx & Engels apresentam que a relação entre a produção das ideias e seu movimento está diretamente relacionada com a atividade material e com as relações sociais, afirmando que a realidade material é o que condiciona o pensamento, ainda que o pensamento após externado possa vir a aparecer como condicionante da realidade.

O pensamento é, portanto, resultado da realidade e não o ponto de partida para a mesma³. Esta noção é central para o materialismo histórico e para usarmos o materialismo histórico na compreensão da história do pensamento econômico.

Segundo José Paulo Netto, o conhecimento teórico consiste em “*o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20, *itálicos originais do autor*).

Esta origem do conhecimento na existência concreta de seu objeto levanta uma questão importante, e que muitas vezes leva à confusão no processo de construção da abstração teórica⁴. O método utilizado por determinado teórico implica em uma determinada perspectiva, e esta posição, esta perspectiva, pode ser extremamente relevante, afinal, é a partir dela que o observador analisa a realidade e extrai dela suas múltiplas determinações. (*ibid.*, p. 53) A posição do observador influencia, inclusive, a sua compreensão do que é essencial na existência do objeto a ser analisado. É importante destacar que a existência do objeto determina a sua essência. É fundamental que o observador consiga diferenciar o que é a aparência do objeto do que consiste a sua essência. O método de pesquisa que Marx propôs é aquele que parte da aparência do objeto buscando a sua essência. Conforme destaca José Paulo Netto,

“Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.” (NETTO, 2011, p. 22, *itálicos originais do autor*)

Esta questão da distinção entre aparência e essência é muito importante dentro do debate acerca da história do pensamento econômico. Para muitos autores, como José Paulo Netto (2011) e Aloisio Teixeira (2000), um dos principais erros da economia política clássica britânica foi, na concepção de Marx, não diferenciar o que seria de fato a essência e a aparência de seus objetos de análise.

“Marx não se cansa de repetir que ‘toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas’ (Marx, 1894, p. 939). E, mais uma vez: ‘todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência’ (Marx, 1867, p. 620). Ou: ‘o economista burguês cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta’ (*id.*, p.662).” (TEIXEIRA, 2000, p. 100)

Compreender os elementos da essência e da aparência dos fenômenos permite melhor compreender os próprios fenômenos. Na perspectiva dialética, isto significa compreender o objeto

³ Para maiores reflexões sobre esta questão, ver a *Introdução* feita por Florestan Fernandes (1946) à publicação brasileira de 1946 do livro *Contribuição à crítica da economia política* de Karl Marx ([1857] 2008).

⁴ “Ora, não é apenas como crítica metafísica hegeliana que o pensamento de Marx se erige. É também por oposição ao método clássico de produção de conhecimento que ele se afirma. É portanto importante examinar contra que precisamente se contrapõe a dialética marxista.” (TOLIPAN, 1982b, p. 2)

analisado como um todo, com todas suas contradições, movimentos e processualidades. E esta seria a maneira de melhor analisar a realidade e seus fenômenos. Logo, uma melhor forma de realizar análises teóricas, inclusive no campo da economia.

Como expõem Malta & Castelo (2012, p. 90) a dialética busca o movimento próprio do objeto sob análise, não sendo possível a compreensão deste objeto sem a compreensão de seu movimento. O objeto “era, é e tende a ser”, realizando um movimento contínuo. Este movimento depende da contradição, e a contradição se faz presente em todos objetos, assim, cada forma é uma “união de contrários”, uma “identidade de contrários”, o que “torna o movimento permanente, pois cada forma trás em si o germe de sua superação, a sua contradição”. O movimento, gerado pelas contradições, leva a um ponto de ruptura no qual ocorre “um salto de qualidade”, surgindo assim uma nova forma, que supera a anterior, mas também carrega em si alguns de seus elementos. Além disto, esta nova forma também se constitui em parte do germe que gerará a sua superação, ou seja, sua negação. Nesta lógica, o concreto surge no pensamento como uma síntese, sendo o resultado e não somente ponto de partida (ainda que seja o ponto de partida da intuição e da representação do concreto), é assim, o “concreto pensado” (ver MARX, [1857] 2008).

Neste método, a análise e a síntese estão unificadas, portanto, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto, agora compreendido (por meio do pensamento).

Ou seja, a maneira como o sujeito observa a realidade e apreende desta observação os elementos a serem abstraídos é um determinante fundamental do processo de compreensão da realidade. Nesta questão, a diferenciação do que é essencial do que é acessório é relevante. Marx, ao contrário dos economistas clássicos que construam suas análises de maneira que “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas” (MARX, [1857] 2008, p. 257), parte das “determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (*ibid.*). O concreto se manifesta no pensamento, portanto, como resultado dos processos de a análise e síntese.

2.2 A percepção da história do pensamento como objeto do método da controvérsia

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico e da dialética abre espaço para percebê-la como construída por diversas controvérsias, suscitadas a partir da realidade concreta nos diferentes momentos históricos e constituídas por diferentes formulações de pensamento que visem dar conta de analisar e sintetizar estas realidades concretas. Do ponto de vista apresentado neste artigo, as controvérsias são elementos fundamentais para a organização dos debates no campo da história do pensamento. E esta percepção da organização da história do pensamento econômico tem em Marx sua principal referência.

A dialética do pensamento de Marx leva à interpretação de que a determinação a que se refere é um condicionamento da vida social, política e intelectual a partir das relações sociais de

produção e do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Esse condicionamento se dá de maneira dialética e não linear-unidirecional. A partir disto, pode-se afirmar que os elementos econômicos, políticos, sociais, culturais, intelectuais e históricos devem ser articulados no processo de compreensão do fenômeno observado e analisado, cabendo sempre levar em conta a articulação dialética entre os elementos da estrutura e os da superestrutura. Aloisio Teixeira (2011) traz uma contribuição relevante neste sentido: “Economia, política, antropologia e sobretudo a história – dos fatos e das idéias – são ângulos específicos e partes organicamente constitutivas da crítica da economia política, e não instrumentos mecanicamente justapostos.” (TEIXEIRA, 2011, p. 331, *sic.*)

Desta forma, compreende-se aqui o objeto da economia como um todo que não tem em si somente os elementos puramente econômicos – questionando inclusive a possibilidade de existência destes elementos puros⁵ – mas também os elementos políticos, ideológicos, sociais e históricos. Conforme Dobb ([1973] 1977) destaca, Marx ao enfatizar a importância da incorporação de questões ligadas à visão social de mundo, questões, portanto, ligadas ao campo da ideologia, segue, um caminho diferente do tradicionalmente abordado.

Aqui cabe ainda uma observação sobre a questão da ideologia e a consciência dos sujeitos que formulam o pensamento. Ainda que o objeto possua uma existência objetiva, verificável no processo de prática social e histórica, que independe da consciência do observador, o processo do conhecimento teórico não pode ser compreendido isoladamente da realidade do observador e tão pouco na existência real do observador – que é contextualizada historicamente. Sua análise estará eivada de suas experiências, visões de mundo, como também da práxis e da política, mesmo que não tenha clareza desta influência.

É possível perceber ao longo da produção teórica de Marx, e também na construção de seu método de estudo, muitos dos principais elementos de sua análise em história do pensamento econômico. O processo de construção e formulação das ideias de Marx é um processo indissociável do seu estudo dos pensadores de sua época e seus predecessores. “*Teorias da Mais-Valia*” seria “por excelência, uma história crítica do pensamento econômico” (SANT’ANNA, 1980, p. 9) podendo ser considerada, portanto, a principal obra que revela a abordagem de Marx para a HPE.

Trabalhar a história do pensamento a partir de uma perspectiva dialética implica a percepção da crítica como uma chave de leitura. Como destacam Paula & Cerqueira (2014) Marx, seguindo o caminho aberto por Hegel, trata a crítica não como o que normalmente entende-se por crítica, isto é,

⁵ Um amplo debate em HPE e metodologia econômica é sobre a possível dissociação positivista entre o que John Neville Keynes (1891) chamou de “ciência positiva” e posteriormente Milton Friedman (1953) chamou de “economia pura” – isto é, os elementos positivos, tidos como puramente teóricos e analíticos e sem a influência de fatores tidos como fora da economia, como os políticos, sociais e ideológicos – dos elementos que Keynes chamou de “economia política” e Friedman chamou de “economia normativa” – o que poderia ser entendido como a instância na qual os elementos políticos e ideológicos teriam espaço e influência no campo da economia e versariam sobre as questões ligadas ao dever ser da economia e da sociedade, tal como a orientação das políticas econômicas, e que, portanto, não teria o mesmo grau de cientificidade que a chamada “economia positiva” ou “ciência pura”.

como comentário a um objeto apreendido de maneira externa e superficial, mas sim aborda a crítica como “uma operação de apropriação, de suprassunção, em que se preservam do objeto seus conteúdos emancipatórios, ao mesmo tempo que se descarta o que, no objeto, está perfeitamente morto” (p. 15).

Paula & Cerqueira (*ibid.*, p. 15-16) também pontuam que para a elaboração da crítica da economia política Marx destacava a importância da diferenciação entre o método de investigação e o método de exposição, sendo o método de investigação anterior ao método de exposição, em um movimento em que associa os elementos da dialética e do materialismo histórico. Como método de investigação compreende o processo de apreensão do conceito, revelação (desvelamento) de seu funcionamento, estrutura e dinâmica do real, ou seja, compreensão do objeto a ser analisado em sua essência e sua aparência, como um todo. Com este processo de investigação realizado, a exposição consiste na ordenação dos conceitos, no sequenciamento das formas necessárias de aparição do objeto, que devem ocorrer de maneira dialética e materialista, isto é, “à passagem do simples ao complexo, da totalidade simples à totalidade complexa, do abstrato ao concreto, movimento que ‘não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado’ (Marx, 1974, p. 123)” (p. 15). Os autores concluem que para Marx, a exposição é “a totalização do conceito apreendido e reproduzido pelo pensamento que abre caminho para uma segunda operação fundamental – a apropriação crítica do conjunto do pensamento sobre o objeto em questão, a economia política” (p. 15-16). A crítica é, portanto, para Marx um passo fundamental da apresentação de seu argumento e no que concerne à história do pensamento econômico, parte fundamental de sua compreensão do objeto da economia política.

A abordagem realizada por Marx no campo da história do pensamento econômico pode ser compreendida no âmbito crítico, diferenciando-se fortemente do que é entendido na visão tradicional da HPE.

Tradicionalmente, quando se aborda a história do pensamento econômico, a noção que permeia o imaginário popular dos economistas tem como ideia de história do pensamento aquela vinculada à visão que Schumpeter apresenta em seu livro “*História da Análise Econômica*” ([1954] 1964), no qual Schumpeter separa a história das ideias no campo da economia em três níveis: a *história do pensamento econômico*, que seria o que geralmente se refere como *senso comum*, isto é, tudo que se afirma sobre economia em determinada conjuntura histórica, em determinada sociedade, ou seja, todas as opiniões e afirmações associadas a temáticas econômicas, proferidas por qualquer sujeito desta determinada comunidade, cabendo neste bojo as opiniões representadas na mídia, nas discussões cotidianas, nos mais variados espaços, por exemplo; em um nível de profundidade mais alto, estaria a chamada *história dos sistemas de economia política*, que exprimiria os conjuntos de políticas econômicas, nas palavras do autor, “amplo conjunto de

políticas econômicas que os autores sustentam tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo etc” (SCHUMPETER, [1954] 1964, p. 64); e, finalmente, o nível mais teoricamente relevante da história das ideias econômicas, a chamada *história da análise econômica*, que expressaria o que de fato, na concepção de Schumpeter, seria o mais relevante das ideias econômicas, a evolução do instrumental analítico – leia-se, modelos econômicos – de referência para a teoria econômica.

Existem algumas questões a serem problematizadas acerca desta visão tradicional da história do pensamento, como a separação positivista⁶ entre ciência/teoria, história e ideologia⁷, a noção de que a teoria é “um produto definitivo, livre de intervenções metafísicas, preocupações normativas ou juízos de valor” (SILVA, 2013, p. 52).

De acordo com Ricardo Tolipan (1982a), a visão tradicional da HPE a enxerga como “curiosidade de eruditos”, relato conclusivo de “erros passados”, sendo considerada, até mesmo, “um apêndice incômodo que precisa ser neutralizado”.

“A divulgação acadêmica da História do Pensamento Econômico é, quando não simplesmente evitada, reduzida à celebração póstuma do gênio, isto é, à descrição eclética e pontificante das circunstâncias que acompanham e ‘explicam’ o surgimento das idéias; seu relato histórico. Isto tem uma curiosa consequência prática: o relato enciclopédico da origem das idéias exige, como qualidade fundamental de quem o pratica, a erudição. Ora, esta é também fruto de um processo que ‘toma tempo’, daí ser o economista-velho, o professor ideal para esta cadeira. Ele teve tempo para a erudição, nada mais natural que se ‘especialize’ no passado. Além disto, sua erudição é um ‘algo mais’ inessencial que pode agora ser aproveitado enquanto tal. O economista jovem não tem este direito, pois a vida intelectual ativa deve estar dedicada não à ruminação do passado, mas à confecção animada de algum detalhe futuro na base segura das especializações presentes. E apenas ao final (mito retrospectivo) de uma vida produtiva que se ganha o direito ao ‘relato histórico’.” (TOLIPAN, 1988, p. 22, *sic*)

Tolipan (1988) destaca também que a visão tradicional da HPE acaba relegando-a à posição secundária no campo teórico, sendo, inclusive, considerada tarefa exclusiva de “relato histórico” de professores (e teóricos) mais velhos, tornando, dessa forma, impossível a realização de formulações originais e expressivas neste campo, o que seria um outro grande equívoco da visão tradicional.

Esta percepção mais tradicional da HPE a trata como “um elemento irreprimível de curiosidade sobre o passado, (que) poderia ser desvencilhada por inteiro da teoria econômica” (ARIDA, 2003, p. 16). Como ARIDA (2003) destaca, é possível associar esta perspectiva da HPE com a noção – tomada das chamadas ciências exatas – de fronteira do conhecimento, na qual a história do pensamento não tem importância para a formação do conhecimento no campo teórico em questão, já que as contribuições teóricas relevantes realizadas no passado já se encontram

⁶ Em um raciocínio muito próximo ao feito por Milton Friedman no ano anterior, quando advoga a separação entre economia positiva e economia normativa (FRIEDMAN, 1953). Raciocínio este altamente difundido na percepção do que é economia, estando presente em significativa parcela dos livros texto ao redor do mundo.

⁷ No mesmo sentido que Schumpeter já havia afirmado em um artigo anterior sobre ideologia e ciência. (SCHUMPETER, 1949).

incorporadas no estado da arte contemporâneo do conhecimento e as demais, que não foram incorporadas, são consideradas obsoletas.

Como destacado por MALTA *et al.* (2011, p. 32), esta visão tradicional parte da noção de que há uma linha teórica contínua em economia que tem na contemporaneidade o seu maior grau evolutivo, no qual há uma acumulação progressiva do conhecimento, que marca o forte caráter evolutivo nesta percepção. Joseph Schumpeter pode ser considerado o maior expoente desta percepção evolutiva da história do pensamento econômico, como pode ser observado nesta passagem de sua maior obra sobre a história do pensamento, *História da Análise Econômica* “O trabalho da geração presente, pelo que penso, preserva do que foi executado pela geração precedente tudo quanto é ainda suscetível de uso. Conceito, métodos e resultados que não permanecerem por este modo, presumivelmente não terão grande interesse.” (SCHUMPETER, [1954] 1964, p.24)

Já a análise da HPE a partir do ponto de vista crítico considera que “o estudo da História do Pensamento seria uma análise de como uma ciência produz seu futuro – de como evolui sua fronteira – ao invés de uma descrição de seu passado.” (TOLIPAN, 1988, p. 4).

Conforme Malta e Castelo (2012, p. 98) concluem em seu artigo “*Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia*”:

“Nesse sentido, a proposta de leitura da história do pensamento econômico por Marx é parte essencial de sua construção crítica. Estudar a forma de apreensão da realidade capitalista expressa pelos cientistas sociais de sua época era o caminho de acesso à compreensão histórica dos problemas de sua época. Sem abrir mão de ser um homem do seu tempo, Marx introduz a contradição no pensamento dominante com que se confrontara e constrói uma síntese única que se expressa em sua forma de interpretação das relações sociais vigentes.”

A abordagem de Marx para a história do pensamento econômico pode ser considerada uma obra exemplar desta análise crítica, visto que Marx formula suas conclusões e interpretações acerca da economia e sociedade capitalista a partir de seu estudo da HPE desenvolvido até então, buscando ir além da simples compreensão da formulação das análises dos demais teóricos a partir, somente, de sua lógica interna, mas também buscou compreender o processo de formulação destas teorias, de forma a identificar seus limites – fazendo, posteriormente, a crítica – e levando em consideração os ambientes sociais específicos nos quais foram formuladas, o contexto que levaram seus autores a desenvolvê-las, isto é, considerando a visão social de mundo⁸ originária dos autores para formulação de suas interpretações da sociedade capitalista e de seus fenômenos.

⁸ Existe um amplo e polêmico debate em torno da questão da ideologia, em especial dentro do campo marxista. Para não fugir do escopo deste artigo, será utilizado o termo “*visão social de mundo*” para abordar as questões referentes ao campo da ideologia. Como “*visão social de mundo*” segue-se a definição de Michael Löwy (1985, p. 13, *sic*) que a compreende como “*todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, de um ponto de vista social, de classes sociais determinadas*”.

O método de HPE a partir de Marx compreende a história do pensamento como um processo no qual a formulação da história do pensamento implica a formulação teórica e vice-versa. Como afirmado anteriormente, o processo da crítica em Marx é um processo de apropriação, de suprassunção do objeto em questão, no qual há preservação de alguns dos elementos do objeto e simultâneo descarte de outros elementos, construindo assim uma nova análise sobre o objeto, na qual há preservação e inovação. Ao trabalhar a história do pensamento econômico, Marx o faz de maneira a partir desta análise incorporar criticamente alguns elementos da economia política, superando-os, apresentando sua crítica a estes e formulando sua visão teórica a respeito do objeto da economia política.

Neste sentido, Isaak Rubin – autor fortemente influenciado pela percepção de história do pensamento econômico apresentada por Marx e que ele próprio desenvolve um trabalho de HPE nesta perspectiva, *História do pensamento econômico* ([1929] 2014) – afirma que o estudo do desenvolvimento da HPE é um meio de compreender a economia política teórica (RUBIN, [1929] 2014, p. 29).

A visão crítica da história do pensamento econômico o sistematiza a partir do confronto destas diferentes formulações que podem vir a ser formadas a partir dos elementos que se manifestam na realidade, constituindo assim, as *controvérsias*. O materialismo histórico e a dialética implicam na percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, considera-se o processo histórico de formação do pensamento expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo – sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança. Do nosso ponto de vista, as controvérsias são elementos fundamentais para a organização dos debates no campo da história do pensamento.

Esta abordagem tem como questão fundamental a compreensão do pensamento econômico como um objeto no qual a análise da realidade histórica e a visão de mundo sobre a qual esta análise é feita são indissociáveis, afinal, a teoria econômica é permeada de elementos ideológicos.

“De um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia. Como em outras formas de ideologia, a evolução das ideias econômicas depende diretamente da evolução das formas econômicas e da luta de classes. As ideias econômicas não nascem no vácuo. Frequentemente, surgem diretamente da agitação dos conflitos sociais, do campo de batalha entre diferentes classes sociais. Nessas circunstâncias, os economistas agiram como escudeiros dessas classes, fornecendo-lhes as armas ideológicas necessárias para a defesa dos interesses de grupos sociais particulares – muitas vezes deixando de se preocupar com o desenvolvimento de sua própria obra e de dar a ela uma fundamentação teórica mais aprofundada.” (RUBIN, [1929] 2014, p. 29)

Tratar a HPE a partir desta perspectiva permite compreender as contradições, disputas e rupturas teóricas e metodológicas que estão na essência da história do pensamento. Dar espaço para a percepção da existência de elementos ideológicos, históricos e políticos na formulação teórica permite compreender a teoria em seu todo e com isto, perceber os movimentos de ruptura e disputa que há na trajetória da história do pensamento. A visão tradicional de HPE ao colocá-la como uma via única de formulação do pensamento invisibiliza a percepção destes elementos que são constituintes do pensamento e de sua trajetória.

A partir da perspectiva crítica compreende-se que a construção da HPE seria, portanto, um processo de compreensão das formas de apreensão da realidade econômica estruturada em cada tempo histórico específico, substancialmente influenciada e determinada pelos valores sociais desta época específica. Desta forma, a presença dos elementos históricos, sociais, políticos e ideológicos não pode ser ignorada no processo de formulação teórica em economia. Realizar estudos em história do pensamento econômico significa compreender as diversas interpretações e formulações econômicas de acordo com seu tempo histórico, seus elementos ideológicos e seus valores.

E esta tarefa é complexa, já que o objeto da história do pensamento econômico é um objeto complexo no qual os elementos teóricos e históricos se mesclam continuamente, e a realidade histórica na qual o pensamento é formulado é marcada pelas contradições.

“O que torna particularmente difícil um tratamento da história do pensamento econômico é esta natureza dual de nossa tarefa: a necessidade de fornecer ao leitor, a um só tempo, uma exposição, tanto das condições *históricas* a partir das quais as diferentes doutrinas econômicas surgiram e se desenvolveram, quanto de seu *significado teórico*, isto é, da relação lógica interna entre as ideias.” (RUBIN, [1929] 2014, p. 30)

[...]

“O leitor só poderá compreender corretamente esse processo se seu próprio pensamento se mover paralelamente à exposição histórica, procedendo a uma análise crítica e superando os problemas e contradições que confrontaram os economistas no curso da história. Para conduzir com sucesso essa análise crítica, não há outro recurso senão se voltar à economia política teórica.” (*ibid*; p. 33)

As abordagens críticas em HPE, tal como a realizada a partir das controvérsias, tem como elemento central a noção de ruptura teórica (MALTA *et al.*, 2011, p. 32-33; MALTA, 2005), afinal, diferentes formulações teóricas com diferentes aparatos metodológicos constituem a história do pensamento.

“Esta noção levanta o fato de que o pensamento econômico se desenvolve sob a disputa de diferentes visões de mundo, que se descortinam em concepções analíticas diversas sobre o funcionamento da economia. Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem no tempo. Tais rupturas não implicam qualquer superação em termos lógicos. Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, a contribuição da HPE crítica está, fundamentalmente, em desmistificar a ideia de que a história do pensamento seria essencialmente uma avenida de mão única, partindo de conceitos primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. Ao contrário, o que se estabelece é que a HPE seria uma história de controvérsias sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política (Nunes e Bianchi, 1999).” (MALTA *et al.*, 2011, p. 32-33)

Abordar a história do pensamento econômico a partir das controvérsias permite explicitar a multiplicidade e heterogeneidade de concepções teóricas e metodológicas que existem no campo do conhecimento da economia, fazendo com que as análises formuladas a partir desta abordagem deixem em evidência os elementos processuais e históricos do conhecimento, destacando a indissociabilidade entre teoria, contexto social e história.

3. A história do pensamento econômico brasileiro em controvérsia

É possível problematizar as consequências da visão dominante da HPE, baseada em Schumpeter (1954), para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Alguns autores chegam a afirmar que não haveria uma significativa HPEB, por não haver um significativo desenvolvimento de teorias e/ou modelos econômicos aqui no Brasil. Amadeo (1989) ao comentar o tratamento e o espaço dado no Brasil às formulações teóricas de autores de grande importância para a teoria econômica, “como Ricardo, Marx, Marshall, Keynes, Kalecki e Steindl” (AMADEO, 1989, p. 8), alega que a produção na área de teoria econômica no Brasil não é rica, sendo pouco desenvolvida e objeto não prioritário da agenda de pesquisa dos economistas, por motivos como dificuldades em financiamento, priorização dos debates conjunturais sobre a economia brasileira.

Neste mesmo sentido, Bielschowsky (1988) ao apresentar os objetivos e metodologia para seu trabalho sobre a história do pensamento econômico brasileiro entre os anos de 1930 e 1964, afirma que neste período, com exceção da contribuição cepalina, não houve produção analítica relevante no campo da economia, não havendo espaço para a sistematização da história da análise econômica no Brasil no período, nos marcos do que fora sugerido por Schumpeter.

“Não há, no caso do período abordado, muito sentido em se fazer uma história da produção analítica brasileira no campo da ciência econômica. Essa produção, além de escassa, foi, no essencial, um simples desdobramento da única produção analítica latino-americana de monta do período, ou seja, a obra da Cepal, já amplamente avaliada.” (BIELSCHOWSKY, [1988] 2000, p. 6)

Ou seja, por esta perspectiva não haveria uma legítima “história da análise econômica brasileira”, no sentido de Schumpeter, e, assim, não seria tão relevante discutir no âmbito da história do pensamento econômico geral a história do pensamento econômico brasileiro.

Esta conclusão, a partir da perspectiva reivindicada neste artigo, é problemática. Primeiro, por tratar a história das ideias econômicas a partir desta separação entre diferentes níveis que compõe as formulações econômicas, em um movimento positivista que tenta construir a formulação teórica como algo neutro, esvaziado de seu caráter histórico e da visão de mundo a partir da qual é formulada, tal como problematiza Dobb no seguinte trecho:

“Para sermos breves diremos que a distinção que Schumpeter tentou estabelecer entre economia como análise pura e como visão do processo econômico, em que entram

inevitavelmente tendências e matizes ideológicos, não pode ser sustentada, a menos que a primeira se limite à estrutura formal, unicamente de afirmação econômica, e não à teoria econômica como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade econômica; visto que na formulação desta última, e no próprio ato de julgamento do seu grau de realismo, não pode deixar de entrar a intuição histórica, a perspectiva e a visão social.” (DOBB, [1973] 1973, p. 52)

Outra questão problemática daquele tipo de raciocínio de Schumpeter é seu caráter eurocêntrico. Revelando um posicionamento que coloca o que é desenvolvido teoricamente aqui subsumido ao pensamento dos grandes centros econômicos, supondo não haver grandes inovações ou contribuições ao pensamento econômico oriundas de espaços periféricos e dependentes – como a sociedade brasileira – locais onde apenas se reproduziria o conhecimento e o instrumental analítico do centro, cabendo a criatividade das formulações aqui desenvolvidas se restringirem ao âmbito das análises e formulações conjunturais – a chamada *história do pensamento econômico* de Schumpeter – e ao âmbito das análises e formulações normativas das políticas econômicas – *história dos sistemas de economia política* de Schumpeter. Isto é, se limitando a adaptar os modelos teóricos formulados no centro às questões específicas da sociedade brasileira.

Ainda que seja possível problematizar o processo de organização e difusão de espaços de formação e pesquisa em economia no Brasil, mais notadamente os institutos de pesquisa e as universidades – a universidade, em geral, difundiu-se no Brasil a partir dos anos 1920, 1930, os cursos de graduação em economia passam a ganhar maior dimensão no eixo sudeste-sul a partir dos anos 1940 e os cursos de pós-graduação em economia são instituídos a partir dos anos 1960 e 1970⁹ – isso não significa que os debates sobre as questões econômicas, inclusive as questões teóricas, dos instrumentos analíticos, não fossem desenvolvidas.

As formulações relevantes para a história do pensamento econômico brasileiro foram (e são) elaboradas por sujeitos oriundos das mais variadas áreas de formação e atuação, não se restringindo aos ambientes acadêmicos. Existem especificidades que permeiam as formulações teóricas feitas no Brasil que são diferentes das especificidades que permeiam as formulações teóricas na Inglaterra, por exemplo, ainda que ambas se insiram em contextos capitalistas, referindo-se ambas ao objeto geral da economia política. É necessário analisar os diferentes graus de abstração e de generalidade das formulações teóricas, tendo, no entanto, cuidado para não as dissociar da realidade concreta que as origina.

Mais precisamente, partindo da noção de *estilos nacionais de economia política* apresentada por Paula, Cerqueira & Albuquerque (2007) é possível afirmar que a HPE precisa ser compreendida como sendo fruto do processo histórico de determinadas sociedades específicas. “Isto é, que a economia política, em que pesem suas especificidades no referente a objetos-conceitos-métodos, é tributária da cultura, da fisionomia político-cultural de uma época e de uma região.” (p. 357). As

⁹Ver LOUREIRO (1997).

circunstâncias históricas e culturais nas quais as teorias são formuladas são elementos relevantes para a compreensão destas teorias.

“Assume-se aqui que o pensamento econômico, em que pese certa autonomia discursiva, certas exigências metodológico-conceituais, reflete o seu tempo e o seu lugar, expressa-se segundo estilos, metáforas, referências, interesses que transcendem o específico da análise econômica. Trata-se, assim, de entender o pensamento econômico, como, em alguma medida, refletindo o contexto nacional, as circunstâncias históricas que o ensejaram. De tal modo que é isto que explicaria a existência de estilos, de certos cacoetes definidores das diversas escolas nacionais de pensamento econômico, que dizem respeito tanto à forma quanto ao conteúdo de suas respectivas elaborações teóricas.” (*ibid.*, p. 358)

Ainda que existam traços gerais que possam caracterizar as economias capitalistas como um todo, as diferentes economias possuem diferentes processos de desenvolvimento capitalista e a formulação teórica realizada nestes espaços carrega forte influência destas especificidades locais. É possível abordar a história do pensamento econômico a partir das formulações teóricas desenvolvidas nos diferentes espaços nacionais, ou seja, a partir dos diferentes estilos nacionais de economia política.

Neste sentido, há uma história do pensamento econômico brasileiro. Há formulações teóricas nos mais diferentes níveis de análise e de abstração que se encarregam de compreender e explicar os processos econômicos. E não somente isso. É necessário ressaltar que não só há formulações de conteúdo teórico e analítico que originam uma história do pensamento, como também há formulações sistematizadas desta história do pensamento.

Existem três trabalhos de referência para a sistematização da história do pensamento econômico brasileiro: a tese de doutorado de Ricardo Bielschowsky, que foi publicada como livro em 1988 – *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* –; a tese também de doutorado de Guido Mantega, que foi publicada como livro em 1984 – *A economia política brasileira* –; e mais recentemente o livro *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro* (2011) resultado de um esforço coletivo de pesquisa sob a coordenação de Maria Malta. Os dois primeiros trabalhos abordam o pensamento econômico brasileiro até a década de 1960. Já o terceiro trabalho visa analisar o pensamento econômico brasileiro entre os anos 1964 e 1989. Os três trabalhos trazem como elemento central organizador do pensamento econômico brasileiro a questão do desenvolvimento, ainda que apresentem esta questão de maneiras diferentes.

O trabalho coletivo realizado pelos pesquisadores no livro *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro* (2011) parte de um diálogo crítico com os dois outros principais trabalhos de sistematização mais ampla e articulada da história do pensamento econômico brasileiro. Trabalhos que buscaram inclusive afirmar a mesma hipótese que aqui é trabalhada: que existe, de fato, uma história do pensamento econômico brasileiro e que este é um

objeto de análise de grande importância, “configurando um projeto de recuperação do pensamento econômico nacional” (MALTA *et al.*, 2011, p. 23).

“Nestas obras, o projeto de sistematização de uma HPEB aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando cortes analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os trabalhos temáticos, os autores referidos preparam sua pesquisa para desvendar a estrutura da HPEB e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento. Embora partam de matrizes teóricas diferentes, Bielschowsky e Mantega constroem suas histórias do pensamento econômico brasileiro convergindo em um ponto principal: identificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como organizadores do pensamento e do debate econômico no país.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 26)

Guido Mantega (1984) analisa o pensamento econômico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, destacando três principais correntes de pensamento, que segundo o autor, permitiram a construção de três modelos analíticos que são eixos estruturais de sua chamada “árvore genealógica da economia política brasileira” (p. 22), a saber, o modelo de substituição de importações; o modelo democrático-burguês; e o modelo de subdesenvolvimento capitalista. Todos estes modelos, para Mantega, se organizaram em torno de propostas de projetos de desenvolvimento para o país e agrupariam os trabalhos dos principais autores do campo da economia da época. Para Mantega, a partir da publicação de *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado é possível falar em uma Economia Política Brasileira, momento no qual o “pensamento econômico brasileiro passa a ter uma produção de maior fôlego, quando os trabalhos se tornam mais abrangentes, sistemáticos e profundos, conforme se verifica a partir da década de 50.” (MANTEGA, 1984, p. 19). A Economia Política Brasileira “seria resultado de um embate ideológico entre duas frentes principais que defendiam interesses político-econômicos antagônicos do ponto de vista dos projetos para nossa economia” (MALTA *et al.*, 2011, p. 30). Considerados por Mantega fora do campo da economia política, havia os autores associados ao *status quo* da época, que possuíam raízes teóricas neoclássicas e liberais, mas que por conta da peculiaridade da economia subdesenvolvida brasileira, inseriam em suas análises elementos pró-intervenção do Estado, gerando assim o que Mantega chamou de modelo de desenvolvimento brasileiro.

Sua sistematização da história do pensamento econômico brasileiro partia de aportes marxistas e foi realizada, segundo o autor, com base nestes mecanismos citados abaixo:

“Assim, pretendo analisar, neste trabalho, a consolidação do pensamento econômico brasileiro, caracterizando a formação dos primeiros modelos analíticos, suas origens teóricas, suas principais fontes de inspiração e, sobretudo, suas hipóteses básicas e proposições fundamentais. Cada modelo foi alvo de uma apreciação crítica, em primeiro lugar, do ponto de vista de sua coerência interna; em segundo lugar, quanto ao seu poder explicativo e sua correspondência aos fatos; e, finalmente, do ângulo de uma visão alternativa do processo de desenvolvimento capitalista, que não se encontra totalmente explícita, mas apenas subentendida e disseminada ao longo do trabalho, para não desviar a análise do seu objetivo principal de reproduzir com fidelidade o pensamento econômico brasileiro da época.”
[...]

“Para interpretar a economia brasileira, os analistas lançaram mão de várias concepções sobre a articulação dos sistemas econômicos, sobre sua dinâmica de funcionamento, ou sobre suas leis fundamentais e possibilidades de transformação, desembocando em diagnósticos diferentes, quando não conflitantes, sobre a mesma realidade.

Coube aqui explicitar essas concepções embutidas nas análises concretas, ordená-las em sistemas teóricos e agrupá-los de acordo com sua proximidade e complementaridade, de modo a formar os modelos analíticos e as correntes de pensamento em questão.” (MANTEGA, 1984, p. 18-19)

Ainda que tenha seus méritos, esta primeira sistematização de maior fôlego da história do pensamento econômico brasileiro, organizada a partir de um único referencial teórico, apresenta limites importantes:

(i) Mantega não apresenta considerações mais aprofundadas sobre a questão metodológica, não explicita com mais detalhes que os aqui citados como base de referência para os *modelos*, tão pouco para a sistematização da *árvore genealógica da economia política brasileira*;

(ii) Mantega também não discorre muito sobre os critérios por trás de sua periodização e da seleção dos autores que aborda. Se limitando a afirmar que é a partir da obra de Celso Furtado no final dos anos 1950 (1959) que é possível identificar o início de uma economia política brasileira, que seria fruto do confronto ideológico entre os liberais agraristas e os desenvolvimentistas industrialistas, como também da influência da tradição marxista, em especial a organizada a partir do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e dos desenvolvimentistas cepalinos. Desta combinação (desenvolvimentistas industrialistas, marxistas e desenvolvimentistas cepalinos) resultaria a *economia política brasileira* (o lado não neoclássico do debate sobre desenvolvimentismo no Brasil nos anos 1950 e 1960), que daria espaço nos anos 1960 aos três modelos de pensamento para o desenvolvimento brasileiro: modelo de substituição de importações; modelo democrático-burguês e modelo do subdesenvolvimento capitalista. Do lado de fora da *economia política brasileira*, a partir da matriz liberal (neoclássica), se desenvolveria o modelo de desenvolvimento brasileiro. E, isolada, sem ser devidamente encaixada nas categorias de sua árvore genealógica, Mantega coloca a teoria da dependência.

Em síntese, Mantega não apresenta um referencial metodológico claro para seu trabalho, apenas enumera os passos que tomou para construção de sua análise. Além disto, é importante destacar que Mantega não apresenta um critério claro para a escolha dos autores abordados, havendo arbitrariedade nesta escolha, elemento que o próprio admite, “Antes de começar a análise, convém chamar a atenção do leitor para o caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação. (MANTEGA, 1984, p. 21)

Já Ricardo Bielschowsky (1988) analisa o período entre 1930 e 1964, justificando esta periodização por ser a época de estabelecimento do sistema industrial no país e toma como conceito chave para organizar e dar unidade ao pensamento brasileiro o *desenvolvimentismo*¹⁰. Sua

¹⁰ “Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o

sistematização do pensamento econômico brasileiro é realizada em torno deste marco conceitual se dá a partir de cinco principais correntes de pensamento no período: o neoliberalismo; o desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”; o desenvolvimentismo do setor público “nacionalista”; e a corrente socialista. O autor também analisa a obra de Ignácio Rangel, mas o faz de maneira isolada por considerar que não seria possível encaixar Rangel em alguma destas correntes. Além disto, o autor, a partir da noção de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” propõe uma periodização para sua sistematização, tendo como baliza o movimento real da economia brasileira. São os períodos: 1930-1945 – as origens do desenvolvimentismo; 1945-1955 – o amadurecimento do desenvolvimentismo (subdividido em três subperíodos: 1945-1947, 1948-1952 e 1953-1955); e 1956-1964 – o auge e a crise do desenvolvimentismo (também subdividido 1956-1960 e 1961-1964).

É importante destacar que, diferentemente de Mantega, Bielschoswky deixa explícito seu referencial metodológico. O autor afirma tomar como referência a formulação de Schumpeter para a história do pensamento econômico. Como apresentado anteriormente, Schumpeter ([1954] 1964) faz uma separação entre a história da análise econômica, a história do pensamento econômico e a história dos sistemas de economia política. Partindo da noção de que o desenvolvimentismo é um princípio normativo unificador que organiza o pensamento econômico brasileiro e tendo como noção que o pensamento econômico brasileiro no período analisado não se deu nos meios acadêmicos, mas sim nas discussões no âmbito político sobre o processo de industrialização brasileira, Bielschowsky afirma que o melhor caminho para organizar o pensamento econômico brasileiro no período é a partir do que Schumpeter chamou de história dos sistemas de economia política, com a ressalva de que parte de seu trabalho também implica organizar a história do pensamento econômico – no sentido que Schumpeter dá ao termo – pois uma parte significativa das formulações do período não se dá em termos acadêmicos e que há uma dimensão analítica nas reflexões econômicas analisadas no período, mas ressalta que este não é o foco de seu trabalho.

É possível fazer uma ressalva crítica à metodologia reivindicada por Bielschowsky. Ainda que tenha como referência Schumpeter (1954), é possível perceber que o autor não segue exatamente o que o Schumpeter propõe. Segundo a análise proposta por Borja (2013), Bielschoswky mesmo negando a existência de uma história da análise econômica no Brasil no período, realiza uma junção do que Schumpeter chamou de história dos sistemas de economia política e de história do pensamento econômico, e ao fazer esta junção, “acaba por abandonar os critérios schumpeterianos, afirmando ser impossível pensar a história do pensamento econômico ou

planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOSKY, [1988] 2000, p.7)

dos sistemas de economia política sem os sistemas analíticos de referência” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 30).

Por fim, o trabalho realizado por Malta *et al.* (2011) se propõe a dar continuidade aos trabalhos de Mantega (1984) e Bielschoswky (1988), ao abordar o período subsequente (1964-1989) de maneira crítica, a partir de uma outra proposta de leitura teórica, as controvérsias como elemento sistematizador da história do pensamento econômico brasileiro.

Esta proposta de leitura tem como referência a obra de Karl Marx, em especial, *Teorias da mais-valia* ([1905] 1980) e as contribuições de Rubin ([1929] 2014) e Dobb ([1973] 1977), ou seja, se organiza a partir das noções de materialismo histórico e dialética que foram apresentadas anteriormente. Partindo da noção oposta à de Schumpeter – que separa a análise teórica da ideologia – os autores afirmam não ser possível fazer tal separação. A proposta de sistematização da HPEB feita pelos autores é que esta seja feita “em nível teórico-analítico, histórico e político de maneira integrada.” (MALTA *et al.*, 2011, p. 35).

Sob esta perspectiva, é impossível dissociar ideologia, política, história, economia e análise teórica “por serem umbilicalmente conectados, precisam ser articulados simultaneamente na definição dos conceitos e da periodização necessários para se construir o recorte de estudo da história do pensamento econômico” (*ibid.*, p. 51). A relevância fundamental dos processos históricos para o desenvolvimento do pensamento e, neste sentido, o contexto social, a visão de mundo dos autores, os referenciais teóricos destes, fazem com que a formulação do pensamento esteja impregnada de elementos que não podem ser encaixados no que Schumpeter quis identificar como a teoria econômica pura. Analisar a HPE significa discutir estes elementos – ideologia, política, história, economia e análise teórica – de maneira indissociável, totalizante.

“Em nossa visão, o método mais eficaz para se pesquisar a história do pensamento econômico combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante destas influências. Esta perspectiva, emprestada de Rubin ([1929] 1989), tem como princípio o materialismo histórico, em contraponto com o idealismo hegeliano sob o qual seria possível existirem ideias provenientes de um “espírito absoluto”, sem a necessidade de uma base material que as originasse. As ideias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes.” (*ibid.*, p. 34)

Este também é o sentido geral da proposta de método para a história do pensamento econômico aqui apresentada. As controvérsias, neste método, têm centralidade na organização do pensamento econômico por permitirem captar o movimento e a historicidade do pensamento. As controvérsias são suscitadas pelas questões da realidade material e por conta destas diferentes questões ideológicas, teóricas, sociais e políticas, a realidade material pode ser analisada de diferentes formas, sendo a sistematização da HPE marcada pelas rupturas, descontinuidades e disputas teóricas.

No caso específico do artigo citado, a proposta de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro no período 1964-1989 apresenta como eixo central para as controvérsias do período a questão do desenvolvimento, “a questão do desenvolvimento povoou o pensamento da imensa maioria dos economistas do Brasil e que a maior parte dos debates do período em estudo tem como referência fundamental um projeto de desenvolvimento para o país.” (*ibid*, p. 35). Os diferentes projetos de desenvolvimento em disputa, com suas diferentes orientações e formulações teóricas, diferentes referenciais analíticos e diferentes projetos políticos é o cenário no qual as controvérsias se estabelecem. É em torno desta questão que as principais controvérsias econômicas elencadas se organizam, a saber, o debate sobre a tendência à estagnação; a controvérsia sobre a distribuição de renda; a controvérsia sobre a revolução brasileira; a controvérsia sobre as causas da inflação, entre outras. Este trabalho é retomado não tanto por conta dos pormenores das controvérsias analisadas no livro do qual faz parte, ou por conta das especificidades do período analisado (1964-1989). Retoma-se esta proposta por se considerar que este caminho das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro pode ser utilizado de maneira mais ampla, em outros períodos da HPEB.

Por conta da forte marca da historicidade e da processualidade nesta abordagem, é possível pensar a sistematização do pensamento econômico brasileiro a partir das controvérsias em diferentes períodos. Por exemplo, pode-se analisar os desdobramentos dos debates sobre o desenvolvimento via industrialização ou pela via primária entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen nos anos 1940; as questões sobre a caracterização do modo de produção no Brasil que percorreu diversas décadas do século XX; as questões em torno da retomada da questão do desenvolvimento na primeira década do século XXI; a controvérsia sobre a inflação brasileira nos anos 1980, etc. Enfim, o ponto é que por conta das questões da realidade material, nos diferentes períodos históricos surgem controvérsias que se organizam a partir das diferentes análises sobre a realidade e é possível traçar uma história do pensamento econômico a partir das rupturas e disputas que estas controvérsias indicam.

Neste sentido, explorar os debates que permeiam a realidade da formação econômico-social do Brasil, destacando os elementos em que traçam uma interpretação acerca do funcionamento da estrutura econômica e da superestrutura jurídica, política e ideológica do país de forma articulada, amplia nosso objeto de sistematização, quando se fala em história do pensamento econômico brasileiro. Autores que seriam excluídos do campo do pensamento econômico caso utilizássemos a metodologia indicada por Schumpeter (1954), Mantega (1984) ou Bielschowsky (1988), passam a compor o objeto de análise da história do pensamento econômico brasileiro. Destacam-se entre eles aqueles que se convencionou denominar de intérpretes do Brasil.

4. Incorporando a contribuição dos intérpretes do Brasil para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB)

O que se entende como *interpretações do Brasil* – um grupo significativo de contribuições formuladas para sistematizar a realidade histórica brasileira, em especial no final do século XIX e a partir da década de 1930 – geralmente é tratado no campo do pensamento social brasileiro, mas dificilmente no campo da história do pensamento econômico brasileiro (HPEB).

O campo que ficou conhecido como *interpretações do Brasil* apareceu, conforme destaca RICUPERO (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, nas décadas de 1920/30. É possível identificar nestes autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico. Geralmente suas obras tratam dos três momentos históricos, *o presente, o passado e o futuro*, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os elementos deste balanço histórico e do processo de formação contribuíram para a construção do Brasil – o presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro. São formulações que mesmo quando tratam do passado, tem sempre em vista a investigação do “presente como história” (cf. COUTINHO [1988] 2011, p.201).

O ponto aqui apresentado é que um intérprete do Brasil tem consigo uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país. As interpretações do Brasil se apresentam como um primeiro pensamento propriamente brasileiro autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais, abrindo caminho para um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação.

A preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país. As interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre esta estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social que necessariamente compõem seu objeto. Assim, as tentativas de interpretar o Brasil não conseguirão

escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e à crítica.

Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresentava dentro das fronteiras do Estado Nacional. Ainda que não busquem tratar da economia de forma explícita – as exceções podem ser Caio Prado Junior e Celso Furtado – os chamados intérpretes do Brasil tem nas questões econômicas (estruturais) elementos relevantes de sua análise, afinal, para abordar o processo de formação econômico-social deve ser tratar este processo como um todo, de forma totalizante, expondo suas características sociais, políticas, culturais, e também econômicas, ou seja, a análise do processo de formação e constituição de suas estruturas produtivas e sociais. É possível, portanto, compreender a obra dos intérpretes do Brasil como parte da história do pensamento econômico brasileiro e inserir a contribuição destes intérpretes nas diferentes controvérsias que compõem a HPEB.

Tomando-se a percepção de pensamento econômico aqui reivindicada, as análises focadas na formação econômico-social como um todo podem servir de norte para o pensamento econômico brasileiro. Afinal, pensar os elementos da estrutura econômica, das relações sociais de produção e das forças produtivas não pode ser feito de forma dissociada dos elementos políticos, sociais e culturais. No entanto, conforme afirmado anteriormente, ao longo do século XX houve um fortalecimento do processo de especialização e fragmentação do conhecimento¹¹. Aloísio Teixeira (2002), afirma que no âmbito do pensamento econômico, como também nos âmbitos do ensino e da prática da economia, esse processo foi ainda mais acentuado, já que os horizontes analíticos da teoria dominante no campo da economia enfocam nas questões da aparência da realidade e está “dominada por uma visão pseudocientífica, cujos horizontes analíticos não ultrapassam as noções abstratas de mercado e de competitividade, na suposição de que o economista está sempre diante de sistemas econômicos em forma pura” (p. 57). Neste sentido, Teixeira destaca a necessidade de retomada desta visão mais ampla, totalizante, retomando estudos, análises e debates sobre a formação histórica da sociedade brasileira.

Seguindo o afirmado anteriormente a respeito da economia política como chave para pensar uma forma de interpretação do Brasil, autores como os já mencionados Celso Furtado e Caio Prado Jr, mas também Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, entre outros, produziram análises que podem ser vistas como interpretações do Brasil, pois, versam

¹¹ Aqui cabe afirmar que não se está negando que este processo de desenvolvimento da universidade e posteriormente da pós-graduação no Brasil não tenha fomentado avanços expressivos na produção e difusão do conhecimento. No entanto, considera-se necessário expor os elementos limitadores que este processo também desenvolveu.

sobre os elementos estruturais da produção social da vida material e sua relação condicionante com os elementos ligados à superestrutura política, jurídica e ideológica. Há, portanto, uma relação dinâmica entre a contribuição de intérpretes do Brasil na história do pensamento econômico brasileiro e a contribuição de autores reconhecidos como economistas em formulações tidas como interpretações do Brasil, ampliando de modo significativo a possibilidade de se escrever uma ampla HPEB por meio do método das controvérsias.

5. Considerações Finais

Buscou-se neste artigo apresentar os elementos metodológicos que permitam sistematizar a história do pensamento econômico, em geral, e a história do pensamento econômico brasileiro, em particular, a partir das controvérsias. Tal como apresentado no artigo, o referencial metodológico para esta abordagem da história do pensamento econômico tem como pontos de partida a dialética e o materialismo histórico e como autores de referência Karl Marx, Isaak Rubin ([1929] 2014), Maurice Dobb ([1973] 1977) e para o caso da história do pensamento econômico brasileiro, Malta *et al.* (2011).

Partindo de uma compreensão do pensamento econômico como uma formulação teórica que é expressão da realidade histórica, na qual a visão de mundo sobre a qual esta análise é feita e o contexto histórico no qual esta se insere são elementos indissociáveis do pensamento, a construção da história do pensamento econômico pode ser entendida como a sistematização das diferentes formas de apreensão da realidade econômica estruturada em cada tempo histórico específico, substancialmente influenciada e determinada pelos valores sociais desta época específica. Logo, os elementos históricos, sociais, políticos e ideológicos fazem parte do processo de formulação teórica em economia. Fazer história do pensamento econômico significa, portanto, compreender as diversas interpretações e formulações econômicas de acordo com seu tempo histórico, seus elementos ideológicos e seus valores, e estas formulações e interpretações podem ser sistematizadas a partir das controvérsias.

No caso da história do pensamento econômico brasileiro, para a construção da abordagem das controvérsias para sua sistematização, adiciona-se a contribuição das chamadas *interpretações do Brasil* como importantes formulações analíticas sobre o processo de formação econômico-social brasileiro. Estas formulações compõem diferentes controvérsias que fazem parte da história do pensamento e que podem contribuir para a sistematização da história do pensamento econômico brasileiro.

O debate em torno das diferentes abordagens em história do pensamento econômico não está fechado, afinal, é um debate continuamente incrementado pelo movimento histórico e pelos

questionamentos metodológicos que suscita. Além disto, existem outras formas de sistematização da história do pensamento econômico que não foram abordadas neste artigo. A ideia deste artigo é colocar a questão da história do pensamento econômico brasileiro em evidência para que a partir destes elementos seja possível fazer reflexões coletivas sobre como sistematizar o conhecimento no campo econômico. Considera-se que a abordagem das controvérsias é um método frutífero para fazer esta sistematização que amplia o objeto da história do pensamento econômico brasileiro de forma a incluir a contribuição das interpretações do Brasil e revela uma HPEB mais rica do que a identificada pela metodologia utilizada até então.

6. Referências Bibliográficas

- AMADEO, Edward. “Introdução: Vertentes da economia política moderna”. In: AMADEO, Edward (org.) *Ensaio sobre Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p. 7-10.
- ARIDA, Pérsio. “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”. In: REGO, José Marcio (org.) *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 13-44.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, ([1988] 2000).
- BLAUG, Marc. *Economic history and the history of economics*. Brighton: Wheatsheaf, 1986.
- BORJA, Bruno. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. 2013. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”. In: _____. *Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas*. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, ([1988] 2011).
- DOBB, Maurice. *Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith*. Trad. Álvaro de Figueiredo. Lisboa, Ed. Martins Fontes, ([1973] 1977).
- FERNANDES, Florestan. “Introdução” (1946). In: *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo, Editora Expressão Popular, ([1859] 2008), p. 17-42.
- FRIEDMAN, Milton. *A metodologia da economia positiva*. Edições Multiplic, 1(3), fev([1953] 1981).
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, ([1959] 2006).
- LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 18ª edição. São Paulo, Cortez, (1985).
- LUKÁCS, Györg. “O processo de democratização” (1968). In: LUKÁCS, Györg *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008, p. 83-206.
- PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. “Nações e estilos de economia política”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), julho-setembro/2007, p. 357-374.
- PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. “Apresentação – Sobre Isaak Rubin e sua *História do pensamento econômico*”. In: RUBIN, Isaak Ilich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, ([1929] 2014), p. 11-24.

- MALTA, Maria Mello de. *Controvérsia sobre a teoria da acumulação de James Steuart*. Tese de Doutorado – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, 2005.
- MALTA, Maria Mello de *et al.* “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. In: MALTA, Maria Mello de. (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 23-52.
- MALTA, Maria; CASTELO, Rodrigo. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. In: GANEM, Angela; FREITAS, Fábio; MALTA, Maria. (orgs.) *Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2012, p. 85-100.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARX, Karl. “Prefácio à Contribuição à crítica da economia política” (1857). In: *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, ([1859] 2008).
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo, Editora Expressão Popular, ([1859] 2008).
- _____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vols. 1-3. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ([1905-1910] 1980).
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1859*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: UFRJ, ([1959] 2011).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo Editorial, ([1846] 2007).
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, (2008).
- SANT’ANNA, Reginaldo. Nota do tradutor In: MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vols. 1-3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ([1954] 1980 - Traduzido da edição russa de 1954).
- SCHUMPETER, Joseph. SCHUMPETER, Joseph. “Science and Ideology”. In: *The American Economic Review*, Vol. 39, n. 2, mar. 1949, pp. 346-359
- _____. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro, USAID, ([1954] 1964).
- SILVA, Juliana Nascimento. *Distintas leituras da história do pensamento econômico*. 2013. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.
- TEIXEIRA, Aloísio. “Marx e a economia política: a crítica como conceito”. In: *Revista Econômica*, Vol. 2, n. 4, Dez. 2000, p. 85-109.
- _____. *Raízes do Brasil: o lado oposto e os outros lados*. In *Revista Tempo Brasileiro, n°149, Repensando o Brasil com Sérgio Buarque de Holanda*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2002.
- _____. “Posfácio: Uma agenda para a (re)descoberta do Brasil”. In: MALTA, Maria Mello de. (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 329-352.
- TOLIPAN, Ricardo. *A necessidade da história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. (Texto para Discussão n° 3), 1982a.
- _____. *A questão do método em economia política*. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. (Texto para Discussão n° 5), 1982b.
- _____. *A ironia na História do Pensamento Econômico*. Tese Professor Titular, Faculdade de Economia e Administração (FEA), Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho 1988.